

AULA 12: NBCT 16.11 e Sistema de Custos do Governo Federal.

SUMÁRIO	PÁGINA
1.Apresentação	1
2.Sistema de Custos no Governo Federal	2
2.1.Contextualização	2
2.2.Antecedentes: aspectos legais do sistema de custos	3
2.3.Estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal	6
2.4.Terminologia aplicável no governo federal	12
2.5.Operacionalidade no Governo Federal	17
3.Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) – NBCT 16.11	21
3.1.Elementos do SICSP	23
3.2.Características e atributos da informação de custos	27
3.3.Evidenciação na demonstração de custos	29
3.4.Princípio de competência	30
3.5.Cota de distribuição de custos indiretos	30
3.6.Variação da capacidade produtiva	32
3.7.Implantação do sistema de custos	32
3.8.Implantação do sistema de custos	33
3.9.Responsabilidade pela informação de custos	33
4.Questões comentadas	34
5.Lista das questões apresentadas	38

1. APRESENTAÇÃO

Pessoal, hoje apresentarei conceitos e questões relacionadas NBCT 16.11 e Sistema de Custos do Governo Federal. Existem pouquíssimas questões sobre o tema e mesmo assim relacionadas com o conceito do subsistema de informações de custos. Assim, fiz questões simuladas.

2. SISTEMA DE CUSTOS NO GOVERNO FEDERAL**2.1.Contextualização**

As discussões acerca das crescentes necessidades de se concentrar esforços na gestão de custos com vistas a uma mais eficiente alocação dos recursos têm, ao longo das últimas décadas, conquistado espaço na literatura que aborda questões da gestão empresarial. Tais preocupações, inicialmente colocadas no âmbito das organizações direcionadas à obtenção de lucro, [ampliaram-se de forma generalizada para todos os outros tipos de organização](#), de natureza privada ou pública.

Tendo como missão otimizar os benefícios propiciados à sociedade, os entes públicos necessitam gerir com eficiência e eficácia os recursos adquiridos e consumidos no cumprimento de suas atribuições. Ao adequar à gestão do setor público aos principais instrumentos de gestão de custos atualmente em uso pelas organizações privadas, fica evidenciada a utilidade e aplicabilidade de tais instrumentos na área pública. Contudo, se nas organizações privadas a justa remuneração do capital investido é o indicador da eficácia da gestão, nas entidades públicas a gestão eficaz e o resultado econômico se revestem no grau de excelência dos serviços prestados à sociedade.



1. (Questão Simulada) Tanto nas organizações privadas quanto nas entidades públicas a justa remuneração do capital investido é principal indicador da eficácia da gestão.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

1. (Questão Simulada) **Tanto nas organizações privadas quanto nas entidades públicas** a justa remuneração do capital investido é principal indicador da eficácia da gestão.

ERRADO, enquanto nas organizações privadas a justa remuneração do capital investido é o indicador da eficácia da gestão, nas entidades públicas a gestão eficaz e o resultado econômico se revestem no grau de excelência dos serviços prestados à sociedade.

Assim, na área pública, a contabilidade de custos materializa-se como ferramenta para a otimização de resultados, a melhoria de processos e a análise de alternativas. Possibilita dar transparência à gestão pública, principalmente no que tange a qualidade do gasto público, enfocando aspectos como:

- O aperfeiçoamento da gestão estratégica e da tomada de decisão;
- A melhoria da gestão orçamentário-financeira e aperfeiçoamento na metodologia de avaliação de programas;
- A modernização da gestão tecnológica;
- O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de desempenho;
- A redução e controle de custos;
- A mudança cultural na gestão dos recursos públicos.

2.2. Antecedentes: aspectos legais do sistema de custos

O sistema de custos na administração pública está previsto no art. 99 da Lei nº 4.320/1964, porém de forma restrita aos serviços públicos industriais, conforme abaixo:

"Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum."

O Decreto-Lei nº 200/1967, estendeu para toda a administração pública federal a necessidade de apuração de custos de forma a evidenciar os resultados de gestão:

"Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão."

O parágrafo 3º do art. 50 da Lei Complementar 101/2000 (LRF) estabeleceu que a administração pública manterá sistema de custos que possibilitará avaliar e acompanhar aspectos relacionados à gestão do Ente Público, enfocando a utilidade gerencial da contabilidade:

"§3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial."

Ademais, a própria LRF, no inciso I do 4º, atribui à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a função de dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento;

"Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no §2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

...

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos."



2. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública já consta de forma explícita e abrangente desde a edição da lei 43201/1964.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

2. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública já consta de forma explícita **e abrangente** desde a edição da lei 43201/1964.

ERRADO, o controle de custos na lei 4320/1964 era limitado às entidades industriais.

No âmbito da União, o inciso V do art. 15 da Lei 10.180/2001, que organiza e disciplina os sistemas de planejamento, orçamento, administração, contabilidade e controle interno do Governo Federal, dispõe sobre a necessidade de evidenciação dos custos dos programas da Administração Pública Federal, levantados a partir das informações registradas através do Sistema de Contabilidade Federal:

"Art. 15. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:

...

V - os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal;"

Em 2008 foi publicada a NBCT 16.2 que institui o sistema de custos para as entidades do Setor Público. Apesar de ser um marco importante, a Resolução CFC 1268/2009 estabeleceu que Art. 6º. As entidades, que estejam sujeitas a legislação que estabeleça prazo distinto para início da adoção das NBC T 16.1 a 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC 1.128 a 1.137/08, respectivamente, que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público, podem adotar essas normas a partir do prazo estabelecido por aquela legislação¹.

Em 2011 foi publicada a portaria nº 157, de 9 de março de 2011 que dispunha sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal:

¹ Art. 6º da Resolução 1268/2010.

Art. 1º Fica criado o Sistema de Custos no âmbito do Governo Federal.

Art. 2º O Sistema de Custos do Governo Federal visa a evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal.



3. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública federal foi criado com a edição da NBC T 16.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

3. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública federal **foi criado com a edição da NBC T 16.**

ERRADO, o sistema de custos na administração pública federal foi criado com a edição de Portaria STN 157/2011. Lembro que o órgão responsável pela NBCT 16 é o Conselho Federal de Contabilidade.

2.3. Estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal

Antes de apresentar a estrutura do sistema, cabe ressaltar que a STN distinguiu “**Sistema de Custos do Governo Federal**” de “**Sistema de Informações de Custos**” cujos conceitos constam no Quadro 1.

Quadro 2: Sistema de Custos do Governo Federal versus Sistema de Informações de Custos

Sistema de Custos do Governo Federal	<u>Sistema estruturante do Governo Federal</u> que é <u>composto pela Secretaria do Tesouro Nacional como órgão Central e os Órgãos Setoriais.</u>
Sistema de Informações de Custos – SIC	<u>Sistema informacional do Governo Federal</u> que tem por objetivo o <u>acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal</u> e o apoio aos Gestores no processo decisório.



4. (Questão Simulada) Os termos “Sistema de Custos do Governo Federal” e “Sistema de Informações de Custos” são distintos, enquanto o primeiro refere-se ao sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório; o segundo se refere aos sistema estruturante do Governo Federal que é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional como órgão Central e os Órgãos Setoriais.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

4. ERRADO, houve a troca de conceitos.

O Quadro 2 contém a estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal.

Quadro 2: Estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal

Órgão Central	A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.
Órgãos Setoriais	Os órgãos setoriais são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de Informações de Custos – SIC.
	As unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União <u>poderão</u> integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.



5. (Questão Simulada) A fim de não ferir a o princípio da separação dos poderes, cada poder terá um sistema de custos próprio e independente do sistema de custos do governo federal cujo órgão central é a STN.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

ERRADO, as unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União poderão integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.

A Secretaria do Tesouro Nacional expedirá os normativos complementares que se fizerem necessários à implantação e ao funcionamento do Sistema de Custos do Governo Federal ².

² Art. 4º da Portaria STN 157/2011.

Posteriormente a portaria nº 716, de 24 de outubro de 2011 definiu as **competências dos Órgãos Central e Setoriais** do Sistema de Custos do Governo Federal e que constam **respectivamente nos Quadros 3 e 4.**

Quadro 3: Competências do órgão central do Sistema de Custos do Governo Federal

1	Estabelecer normas e procedimentos referentes ao Sistema de Custos do Governo Federal no que compete a evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal.
2	Manter e aprimorar o Sistema de Informações de Custos – SIC para permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
3	Definir, elaborar e orientar a produção de relatórios gerenciais que permitam gerar informações que subsidiem o processo de avaliação dos custos dos órgãos bem como a tomada de decisão.
4	Definir, acompanhar e orientar os processos de integração aos sistemas estruturantes e sistemas internos dos órgãos setoriais.
5	Dar apoio e supervisionar as atividades dos órgãos setoriais, com o intuito de auxiliar na elaboração de informações consistentes.
6	Disponibilizar, em meios eletrônicos, instruções, procedimentos, metodologias de cálculo, recomendações técnicas e outros instrumentos que auxiliem o desempenho das atividades nos órgãos setoriais.
7	Prestar, quando solicitado, suporte técnico aos órgãos de Estados e Municípios, bem como de organismos internacionais com vistas a melhoria das informações prestadas por estas entidades.
8	Promover a realização de capacitação, por meio de treinamento e apoio técnico, visando a disseminação de conhecimentos.
9	Promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação dos órgãos setoriais e entidades da administração pública federal.

10	Propor alterações em rotinas contábeis com vistas ao aperfeiçoamento da informação do sistema de custos.
11	Elaborar estudos na área de custos e qualidade do gasto público com vistas a promover a busca pela eficiência nos órgãos e entidades da administração pública federal.
12	Propor alterações em sistemas que compõem a base de dados do Sistema de Informações de Custos – SIC gerenciados por outros órgãos.
13	Gerenciar o cadastro de usuários do Sistema de Informações de Custos – SIC.

Quadro 4: Competências dos Órgãos Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal

1	Apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física (Decreto 93.872/86 art. 137 §1º).
2	Prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos – SIC das unidades administrativas e entidades subordinadas.
3	Apoiar o órgão central do Sistema de Custos do Governo Federal.
4	Elaborar e analisar relatórios oriundos do Sistema de Informações de Custos – SIC.
5	Elaborar relatórios analíticos, com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do Sistema de Informações de Custos – SIC.
6	Subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do Sistema de Informações de Custos - SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório.

7	Promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação das unidades administrativas e entidades subordinadas.
8	Elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo.
9	Solicitar, ao órgão central, acesso ao Sistema de Informações de Custos – SIC.
10	Promover a disseminação das informações de custos nas entidades subordinadas.
11	Prestar informação/apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do órgão.
12	Comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo (Decreto 93.872/86 art. 137 §2º).
13	Elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União.

Por fim, em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 864 que criou o Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST que contém as atividades inerentes aos Órgãos Setoriais.



6. (Questão Simulada) Dentre as atribuições do órgão central do sistema de custos está a de apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física suportada pelo decreto 93.872/86 no art. 137 §1º.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

ERRADO, essa é uma das atribuições dos órgãos setoriais.

2.4. Terminologia aplicável no governo federal

Para o levantamento das informações necessárias à apuração de custos é importante diferenciar os seguintes conceitos constantes no Quadro 5.

Quadro 5: Conceitos relacionados à apuração de custos no governo federal

Termo	Descrição
Gasto	Aquisição de produtos ou serviços que implica em sacrifício financeiro, imediato ou não, para a entidade.
Desembolso	Corresponde ao pagamento resultante da aquisição de bens ou serviços.
Custo	É o valor pelo qual se obtém um bem, direito ou serviço. Por extensão, é também o montante dos valores da matéria-prima, mão-de-obra e outros encargos incorridos para a produção de bens e serviços. Ele é, pois, tanto o preço pelo qual o bem ou serviço foi adquirido, como o incorrido no processo interno da entidade para prestação de serviços ou obtenção de bens, para venda ou uso interno.
Despesa	É o sacrifício que não mais trará benefícios futuros, correspondendo aos bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas.
Investimento	É o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros.
Perda	Bem ou serviço consumido de forma anormal e involuntária, que não visa à obtenção de receita. Caracteriza-se pelo uso de recursos sem o correspondente benefício.

Custo fixo	Custo cujo total permanece constante, independentemente do nível de atividade. O custo fixo unitário decresce com o aumento da produção.
Custo variável	Custo cujo total varia proporcionalmente à variação nos níveis de atividade. O custo variável unitário é constante.
Custo direto	Custo que pode ser facilmente e adequadamente identificado ao objeto de custo em consideração.
Custo indireto	Custo em que inexiste uma fácil e simples associação ao objeto de custo, necessita de um critério de rateio para ser apropriado a ele.
Objeto de custo	Item para o qual se deseja atribuir ou conferir a informação de custos.



7. (Questão Simulada) Dentro da terminologia usual aplicada à custos adotada pelo governo federal, pode-se considerar que despesas e investimentos são gastos, e que investimentos são despesas.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

7. (Questão Simulada) Dentro da terminologia usual aplicada à custos adotada pelo governo federal, pode-se considerar que despesas e investimentos são gastos, **e que investimentos são despesas.**

ERRADO, na terminologia de custos, investimentos são gastos ativados que trarão benefícios futuros, enquanto despesas são gastos associados a sacrifícios que não mais trarão benefícios futuros.

A seguir o Quadro 6 mostra as formas de custeio citada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Quadro 6: Formas de Custeio

Forma	Descrição
Custeio Por Absorção	Corresponde ao método de custeio em que se <u>apropriam todos os custos de produção</u> , quer fixos, quer variáveis, quer diretos ou indiretos, e tão somente os custos de produção, aos produtos elaborados. Por este método, <u>são reconhecidos como custo do produto elaborado apenas os custos de produção</u> , <u>sendo os demais gastos considerados como despesas</u> , impactando o resultado em que ocorreram.
	A <u>forma clássica de associar os custos indiretos aos produtos</u> é por meio do <u>uso de rateios com base no consumo dos custos diretos mais significativos</u> . Quando se trata de organizações mais complexas, os custos indiretos são inicialmente associados a todos os departamentos; depois distribuídos dos departamentos de apoio aos de produção e finalmente destes para os produtos e/ou serviços.
Custeio Pleno	Também denominado integral ou RKW, o custeio pleno trabalha com a ideia de que <u>ao custo do produto devem ser agregados não apenas os custos de produção, mas também as demais despesas da organização, inclusive as financeiras</u> . Assim, ignora as distinções, nem sempre claras, entre os custos dos produtos e as despesas do período, seguindo a tendência de ampliação do conceito de custo de produto, <u>incluindo as despesas administrativas</u> , por exemplo.
	A forma de associação entre os custos indiretos e as despesas aos produtos é a mesma que a do custeio por absorção.

<p>Custeio ABC (Activity Based Cost - Custeio Baseado em Atividades)</p>	<p>Esta forma de custeio trabalha com a premissa de que <u>são as atividades desenvolvidas que geram custos dado consumirem recursos</u>. O objeto de custo consome as atividades por meio da apropriação dos custos rastreáveis, que ocorre através do uso de direcionadores de custos. O custeio por atividade procura, então, <u>estabelecer relações entre atividades e os objetos de custo através de indicadores</u> que determinam o quanto de cada atividade é consumido por eles.</p> <p>O custeio por atividades <u>possui componentes do custeio pleno</u> na medida em que trabalha com todos os custos.</p>
<p>Custeio Variável</p>	<p>Custeio onde <u>somente os custos variáveis são apropriados aos produtos e/ou serviços</u>. Isso abrange os materiais diretos, mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação variáveis. <u>Os custos fixos são considerados despesas do período</u>. Desta forma, caso haja formação de estoques, somente os custos variáveis irão compor seu custo.</p> <p>Utilizando-se esse custeio, <u>pode-se calcular a margem de contribuição</u> de cada produto deduzindo os custos variáveis do preço de venda. <u>O resultado é quanto sobra para os custos fixos e o lucro</u>. Desta forma, facilita a tomada de decisões sobre o <i>mix</i> de produção e atendimento a pedidos especiais para novos mercados, etc.</p>
<p>Custeio Por Ordem De Produção</p>	<p>Corresponde à forma de custeio em que os <u>produtos e/ou serviços são elaborados com características estabelecidas pelos clientes</u>. Desta forma, é bastante utilizado em situações que envolvem a elaboração de produtos ou prestação de serviços com características específicas conforme solicitação.</p>

	No custeio por ordem, os custos são acumulados para cada ordem de produção/serviço ou encomenda, sendo encerrados apenas quando da conclusão do produto/serviço.
Custeio Por Processo	Método de custeio caracterizado pela produção ou desenvolvimento de produtos e/ou serviços com as mesmas características e formato para oferta aos clientes. <u>Não há diferenciação dos produtos/serviços</u> . É aplicado em entidades que possuam produção contínua e seriada, com lotes de produtos padronizados.
	Neste sistema de custeio, <u>primeiramente chega-se ao custo por processo ou departamento para posteriormente distribuí-los aos produtos/serviços</u> . Com isto, <u>o cerne do sistema passa a ser os centros de custo</u> e não mais o produto elaborado através de uma ordem de produção.

Na sequência fiz um Quadro-Resumo com as principais diferenças entre algumas formas de custeio.

Quadro 7: Diferenças entre formas de custeio

Forma	Todos os custos são apropriados (fixos/variáveis, diretos/indiretos)	Os custos fixos são custos ou despesas?	As despesas administrativas são custos ou despesas?
Custeio Por Absorção	Sim.	São custos.	São despesas.
Custeio Pleno	Sim.	São custos.	São custos.
Custeio ABC	Sim.	São custos.	São despesas.
Custeio Variável	Não.	São despesas.	São despesas.

Assim, observa-se que umas das diferenças marcantes entre o custeio por absorção e o custeio ABC é o critério de rateio. No custeio por absorção é feito com base no consumo dos custos diretos mais significativos, enquanto no custeio ABC é feito com base nas atividades.



8. (Questão Simulada) No custeio por ordem de produção o cerne do sistema passa a ser os centros de custo.

9. (Questão Simulada) No custeio pleno todos os custos e despesas administrativas são apropriadas como custos.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

8. (Questão Simulada) **No custeio por ordem de produção** o cerne do sistema passa a ser os centros de custo.

ERRADO, esta é uma característica do custeio por processo.

9. (Questão Simulada) No custeio pleno todos os custos e despesas administrativas são apropriadas como custos.

CERTO.

2.5. Operacionalidade no Governo Federal

Para aprimoramento do controle da ação governamental com enfoque para os resultados, o Governo Federal se engajou em possuir sistema de contabilização de custos que permita a análise da eficiência da utilização dos recursos colocados à disposição dos gestores, para execução dos programas do governo.

Como requisito necessário ao desenvolvimento do sistema de custos, é necessário que os benefícios propiciados pelas informações SUPEREM seus custos de obtenção.

Ademais, a informação levantada deve ser oportuna, confiável, verificável, relevante e aplicada ao processo decisório, permitindo antecipar, corrigir ou confirmar expectativas.

Um dos possíveis critérios para a apuração de custos pode ser a utilização de parâmetros da classificação orçamentária, como por exemplo:

- 1 – Classificação Programática – Apuração de Custos por Programa ou Ação (Por exemplo, programa finalístico ou ação finalística).
- 2 – Classificação Funcional – Apuração de Custos por Função ou Subfunção; e
- 3 – Classificação Institucional – Apuração de Custos por Departamento (Órgão).

Tal escolha decorre do fato da classificação orçamentária da despesa refletir o equivalente financeiro de um plano de ação do governo, possibilitando avaliação dos resultados das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial, segundo os conceitos constitucionais da eficiência e eficácia.

Para viabilizar a implantação de sistema de custos, o ente deve, ainda, efetuar os registros contábeis observando os Princípios de Contabilidade, de modo que a haja a correta contabilização da variação patrimonial diminutiva, possibilitando identificar o momento exato em que o custo foi incorrido.

Outro ponto que deve ser analisado na implantação do Sistema de Custos é o caso da apuração da parcela de custos conjuntos a ser atribuída a cada um dos programas, ou seja, quando um custo é comum a dois ou mais programas, por exemplo, é necessária a utilização de algum critério de rateio para efetuar a alocação do custo a cada programa.

A experiência no Governo Federal na implantação de sistema de custos utiliza para a mensuração da variável financeira os registros da execução orçamentária da despesa havendo a necessidade da realização de ajustes para que a informação inicial aproxime-se da informação de custos. Tais ajustes contábeis devem ser realizados em duas etapas:

- 1) O ajuste inicial consiste na identificação e carregamento de informações baseadas em registros contábeis que trazem a informação orçamentária e não orçamentária, ajustando-se por acréscimo ou exclusão os dados, conforme conceitos de contabilidade de custos;
- 2) A segunda etapa do ajuste consiste na exclusão de informações que estejam nas contas anteriores mas que não compõem a informação de custo.

Desta forma, a informação de custos conforme estrutura contábil atual da administração pública é aproximada por meio de ajustes conforme o esquema da Figura 1.

Figura 1: Ajustes para obtenção de informações de custos

Informação inicial
Despesa Orçamentária Executada (despesa liquidada + inscrição de Restos a Pagar Não Processados)
Ajustes:
(+) Inclusões = Restos a Pagar liquidados no exercício
(-) Exclusões = Despesa Executada por inscrição de Restos a Pagar Não Processados (exceto aqueles para os quais o fato gerador já tenha ocorrido) + Despesas de Exercícios Anteriores + Despesas não-efetivas (Formação de estoques / concessão de adiantamentos / Investimentos / Inversões Financeiras / Amortização)
(=) Despesa Orçamentária Ajustada
(+) Ajustes Patrimoniais (Consumo de Estoque / Despesa Incorrida de Adiantamentos / Depreciação / Amortização / Exaustão)
(=) Despesa orçamentária após ajustes patrimoniais
(≈) Informação de Custo

Com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a separação entre a informação orçamentária e a patrimonial, os dados necessários à apuração de custos incluirão os extraídos dos registros patrimoniais, tornando desnecessários alguns dos ajustes realizados no esquema acima apresentado.



10. (Questão Simulada) A apropriação dos custos deve ocorrer no momento do empenho.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

10. (Questão Simulada) A apropriação dos custos deve ocorrer no **momento do empenho**.

ERRADO. A apropriação dos custos deve ocorrer no momento da variação patrimonial diminutiva.

3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO (SICSP) – NBCT 16.11.

O SICSP registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública.

O Quadro 8 contém os objetivos do SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos.

Quadro 8: Objetivos do SICSP

1	Mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, <u>programas, projetos, atividades, ações</u> , órgãos e outros objetos de custos da entidade.
2	Apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades.
3	Apoiar a tomada de <u>decisão em processos</u> , tais como <u>comprar ou alugar</u> , <u>produzir internamente</u> ou <u>terceirizar</u> determinado bem ou serviço.
4	Apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados.
5	Apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

A evidenciação dos objetos de custos pode ser efetuada sob a ótica institucional, funcional e programática, com atuação interdependente dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças.



11. (Questão Simulada) A evidenciação dos objetos de custos pode ser efetuada sob a ótica institucional, funcional e programática, com atuação interdependente dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

CERTO.

Para atingir seus objetivos, o SICSP deve ter tratamento conceitual adequado, abordagem tecnológica apropriada que propicie atuar com as múltiplas dimensões (temporais, numéricas e organizacionais, etc.), permitindo a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades-fins ou administrativas do setor público.

É recomendável o uso de ferramentas que permitem acesso rápido aos dados, conjugado com tecnologias de banco de dados de forma a facilitar a criação de relatórios e a análise dos dados.

O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público³.

Vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de transparência e prestação de contas, seja para controle interno, externo ou controle social. Além dos aspectos legais, destaca-se o valor da informação de custos para fins gerenciais. Sua relevância para o interesse público pode ser entendida pelo seu impacto sobre a gestão pública, seja do ponto de vista legal ou de sua utilidade.

³ Lembro que entidade do setor público é um conceito mais abrangente que entidades governamentais conforme vimos na aula 00.

3.1.Elementos do SICSP

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e Método de custeio.

O sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção. Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem **por ordem de serviço ou produção** e **de forma contínua**.

Sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: **custo histórico; custo-corrente; custo estimado; e custo padrão**.

Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: **direto; variável; por absorção; por atividade; pleno**.

A escolha do método deve estar apoiada na disponibilidade de informações e no volume de recursos necessários para obtenção das informações ou dados. **As entidades podem adotar mais de uma metodologia de custeamento**, dependendo das características dos objetos de custeio.

A seguir apresento o Quadro 9 que contém diversos termos essenciais para o SICSP.

Quadro 9: Termos relacionados ao SICSP

Termo	Descrição
Objeto de custo	É a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos. Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial.
Subsistema orçamentário	A dimensão dos produtos e serviços prestados; função, atividades, projetos, programas executados; centros de responsabilidade – poderes e órgãos, identificados e mensurados a partir do planejamento público, podendo se valer, ou não, das classificações orçamentárias existentes.
Subsistema patrimonial	A dimensão dos produtos e serviços prestados, identificados e mensurados a partir das transações quantitativas e qualitativas afetas ao patrimonial da entidade consoante os Princípios de Contabilidade.
Apropriação do custo	É o reconhecimento do gasto de determinado objeto de custo previamente definido.
Por ordem de serviço ou produção	<u>É o sistema de acumulação</u> que compreende <u>especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado</u> . As ordens são mais adequadas para tratamento dos custos de investimentos e de projetos específicos, por exemplo, as obras e benfeitorias.
De forma contínua	<u>É o sistema de acumulação</u> que compreende <u>demandas de caráter continuado e são acumuladas ao longo do tempo</u> .
Custeio direto	É o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.

Custeio variável	É o custeio que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.
Custeio por absorção	É o custeio que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.
Custeio por atividade	É o custeio que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.
Gasto	É o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço.
Desembolso	É o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
Investimento	Corresponde ao gasto levado para o Ativo em função de sua vida útil. São todos os bens e direitos adquiridos e registrados no ativo.
Perdas	Correspondem a reduções do patrimônio que não estão associadas a qualquer recebimento compensatório ou geração de produtos ou serviços.
Custos	São gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços.
Custos da prestação de serviços	São os custos incorridos no processo de obtenção de bens e serviços e outros objetos de custos e que correspondem ao somatório dos elementos de custo, ligados à prestação daquele serviço.

Custos reais	São os custos históricos apurados <i>a posteriori</i> e que realmente foram incorridos.
Custo direto	É todo o custo que é identificado ou associado diretamente ao objeto do custo.
Custo indireto	É o custo que não pode ser identificado diretamente ao objeto do custo, devendo sua apropriação ocorrer por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custos.
Custo fixo	É o que não é influenciado pelas atividades desenvolvidas, mantendo seu valor constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.
Custo variável	É o que tem seu valor determinado e diretamente relacionado com a oscilação de um fator de custos estabelecido na produção e execução dos serviços.
Custo operacional	É o que ocorre durante o ciclo de produção dos bens e serviços e outros objetos de custos, como energia elétrica, salários, etc.
Custo predeterminado	É o <u>custo teórico</u> , definido <i>a priori</i> para valorização interna de materiais, produtos e serviços prestados.
Custo padrão (standard)	É o que resulta da consideração de normas técnicas atribuídas aos vários fatores de produção, como consumo de matérias, mão de obra, máquinas, etc., para a definição do custo do produto ou do serviço.
Custo estimado	É o <u>custo projetado</u> para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período; pode basear-se <u>em simples estimativa</u> ou <u>utilizar a ferramenta do custo padrão</u> .

Custo controlável	<u>Utiliza centro de responsabilidade</u> e atribui ao gestor apenas os custos que ele pode controlar.
Custo marginal	Apuração decorrente dos <u>custos variáveis</u> .
Hora ocupada	É o tempo despendido por cada empregado nos departamentos de serviço destinados a atender às tarefas vinculadas com as áreas de produção de bens ou serviços.
Hora máquina	Corresponde à quantidade de horas que as máquinas devem funcionar para realizar a produção de bens e serviços e outros objetos de custos do período. É aplicada às unidades de produto ou serviço em função do tempo de sua elaboração.
Mão de obra direta	Corresponde ao valor da mão de obra utilizado para a produção de bens e serviços e outros objetos de custos.
Sobre aplicação	É a <u>variação positiva</u> apurada entre os custos e metas estimados e os executados.
Sub aplicação	É a <u>variação negativa</u> apurada entre os custos e metas estimados e os executados.
Custo de oportunidade	É o custo <u>objetivamente mensurável da melhor alternativa desprezada</u> relacionado à escolha adotada.

3.2.Características e atributos da informação de custos

Os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em sistema projetado para gerenciamento de custos dos serviços públicos.

Os serviços públicos possuem características peculiares tais como: universalidade e obrigação de fornecimento, encaradas na maioria das vezes como direito social, em muitas situações, têm apenas o estado como fornecedor do serviço (monopólio do Estado). O serviço público

fornecido sem contrapartida ou por custo irrisório diretamente cobrado ao beneficiário tem (em sua grande maioria) o orçamento como principal fonte de alocação de recursos. O Quadro 10 contém os atributos da informação de custos.

Quadro 10: Atributos da informação de custos

Atributo	Descrição
Relevância	Entendida como a qualidade que a informação tem de <u>influenciar as decisões de seus usuários</u> auxiliando na avaliação de eventos passados, presentes e futuros.
Utilidade	deve ser útil à gestão tendo a sua <u>relação custo benefício sempre positiva</u> .
Oportunidade	Qualidade de a informação estar <u>disponível no momento adequado</u> à tomada de decisão.
Valor social	Deve proporcionar maior <u>transparência e evidência</u> do uso dos recursos públicos.
Fidedignidade	Referente à qualidade que a informação tem de estar <u>livre de erros materiais e de juízos prévios</u> , devendo, para esse efeito, apresentar as operações e acontecimentos de acordo com sua substância e realidade econômica e, não, meramente com a sua forma legal.
Especificidade	Informações de custos devem ser elaboradas <u>de acordo com a finalidade específica</u> pretendida pelos usuários.
Comparabilidade	Entende-se a qualidade que a informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos <u>de forma consistente e uniforme</u> , a fim de conseguir comparabilidade entre as distintas instituições com características similares. É fundamental que o custo seja <u>mensurado pelo mesmo critério no tempo</u> e, <u>quando for mudada, esta informação deve constar em nota explicativa</u> .

Adaptabilidade	Deve permitir o <u>detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais</u> das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.
Granularidade	Sistema que deve ser capaz de <u>produzir informações em diferentes níveis de detalhamento</u> , mediante a geração de diferentes relatórios, <u>sem perder o atributo da comparabilidade.</u>



12. (Questão Simulada) O atributo que a informação de custo deve ter que registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme é:

- a) Adaptabilidade.
- b) Comparabilidade.
- c) Fidedignidade.
- d) Granulidade.
- e) Oportunidade.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

Vimos que a opção correta é a **alternativa B.**

3.3.Evidenciação na demonstração de custos

A entidade pública deve evidenciar ou apresentar nas demonstrações de custos os objetos de custos definidos previamente, demonstrando separadamente:

- (a) o montante de custos dos principais objetos, demonstrando separadamente: a dimensão programática: programas e ações, projetos e atividades; dimensão institucional ou organizacional e funcional; outras dimensões;
- (b) os critérios de comparabilidade utilizados, tais como: custo padrão; custo de oportunidade; custo estimado;
- (c) a título de notas explicativas: o método de custeio adotado para apuração dos custos para os objetos de custos; os principais critérios de mensuração; e as eventuais mudanças de critérios que possam afetar à análise da comparabilidade da informação.

3.4. Princípio de competência

Na geração de informação de custo, é obrigatória a adoção dos princípios de contabilidade em especial o da competência, devendo ser realizados os ajustes necessários quando algum registro for efetuado de forma diferente.

3.5. Cota de distribuição de custos indiretos

As cotas de distribuição de custos indiretos, quando for o caso, podem ser selecionadas entre as seguintes, de acordo com as características do objeto de custo: área ocupada; dotação planejada disponível; volume ocupado em depósitos; quantidade de ordens de compra emitida para fornecedores; consumo de energia elétrica; número de servidores na unidade administrativa responsável, etc.

É necessário e útil que a entidade que deseje evidenciar seus custos unitários, utilizando-se dos vários métodos de custeio existentes, o faça respeitando as etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos (institucionais e organizacionais, funcionais e processuais).

A etapa natural pode ser assim identificada: identificação dos objetos de custos; identificação dos custos diretos; alocação dos custos diretos aos objetos de custos; evidenciação dos custos diretos dentro da

classe de objetos definidos; identificação dos custos indiretos; escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício.



13. (Questão Simulada) Sobre cota de distribuição de custos indiretos ordene a sequência correta das etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos.

- 1: identificação dos custos diretos;
 - 2: alocação dos custos diretos aos objetos de custos;
 - 3: identificação dos objetos de custos;
 - 4: escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício;
 - 5: evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos;
 - 6: identificação dos custos indiretos.
- a) 1-2-3-4-5-6
 - b) 1-2-3-5-6-4
 - c) 3-1-2-4-5-6
 - d) 3-1-2-5-6-4
 - e) 3-1-2-6-5-4

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

Conforme vimos a opção correta é a **alternativa D.**

3.6. Variação da capacidade produtiva

As variações da capacidade produtiva podem ser das seguintes naturezas, entre outras:

- (a) **variação do volume ou capacidade**: deve-se a sobre ou subutilização das instalações em comparação com o nível de operação. Está representada pela diferença entre os custos indiretos fixos orçados e os custos indiretos fixos alocados à produção de bens e serviços e outros objetos de custos;
- (b) **variação de quantidade**: reflete a variação nos elementos de custo em relação à quantidade empregada de materiais e outros insumos para produção de produtos ou serviços.

3.7. Integração com os demais sistemas organizacionais

O SICSP **deve capturar informações dos demais sistemas** de informações das entidades do setor público.

O SICSP **deve estar integrado com o processo de planejamento e orçamento**, devendo utilizar a mesma base conceitual se se referirem aos mesmos objetos de custos, permitindo assim o controle entre o orçado e o executado. **No início do processo de implantação do SICSP, pode ser que o nível de integração entre planejamento, orçamento e execução** (consequentemente custos) **não esteja em nível satisfatório**. O processo de mensurar e evidenciar custos deve ser realizado sistematicamente, fazendo da informação de custos um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuros.

3.8. Implantação do sistema de custos

O processo de implantação do SICSP deve ser sistemático e gradual e levar em consideração os objetivos organizacionais pretendidos, os processos decisórios que usarão as informações de custos segmentados por seus diferentes grupos de usuários, bem como os critérios de transparência e controle social.

3.9. Responsabilidade pela informação de custos

A análise, a avaliação e a verificação da consistência das informações de custos são de responsabilidade da entidade do setor público, em qualquer nível da sua estrutura organizacional, a qual se refere às informações, abrangendo todas as instâncias e níveis de responsabilidade.

A responsabilidade pela fidedignidade das informações de origem dos sistemas primários é do gestor da entidade onde a informação é gerada.

A responsabilidade pela consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do sistema de custos é do profissional contábil.



14. (Questão Simulada) A responsabilidade pela fidedignidade das informações de origem dos sistemas primários das informações de custos é **do órgão setorial de contabilidade**.

COMENTÁRIOS À QUESTÃO

ERRADO, é do gestor da entidade onde a informação é gerada.

4. LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS

1. (Questão Simulada) Tanto nas organizações privadas quanto nas entidades públicas a justa remuneração do capital investido é principal indicador da eficácia da gestão.

ERRADO, enquanto nas organizações privadas a justa remuneração do capital investido é o indicador da eficácia da gestão, nas entidades públicas a gestão eficaz e o resultado econômico se revestem no grau de excelência dos serviços prestados à sociedade.

2. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública já consta de forma explícita **e abrangente** desde a edição da lei 43201/1964.

ERRADO, o controle de custos na lei 4320/1964 era limitado às entidades industriais.

3. (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública federal **foi criado com a edição da NBC T 16.**

ERRADO, o sistema de custos na administração pública federal foi criado com a edição de Portaria STN 157/2011. Lembro que o órgão responsável pela NBCT 16 é o Conselho Federal de Contabilidade.

4. (Questão Simulada) Os termos "**Sistema de Custos do Governo Federal**" e "**Sistema de Informações de Custos**" são distintos, enquanto **o primeiro** refere-se ao sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório; **o segundo** se refere aos sistema estruturante do Governo Federal que é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional como órgão Central e os Órgãos Setoriais.

ERRADO, houve a troca de conceitos.

5. (Questão Simulada) A fim de não ferir a o princípio da separação dos poderes, **cada poder terá um sistema de custos próprio e independente do sistema de custos do governo federal** cujo órgão central é a STN.

ERRADO, as unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União poderão integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.

6. (Questão Simulada) Dentre as atribuições **do órgão central** do sistema de custos está a de apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física suportada pelo decreto 93.872/86 no art. 137 §1º.

ERRADO, essa é uma das atribuições dos órgãos setoriais.

7. (Questão Simulada) Dentro da terminologia usual aplicada à custos adotada pelo governo federal, pode-se considerar que despesas e investimentos são gastos, **e que investimentos são despesas**.

ERRADO, na terminologia de custos, investimentos são gastos ativados que trarão benefícios futuros, enquanto despesas são gastos associados a sacrifícios que não mais trarão benefícios futuros.

8. (Questão Simulada) **No custeio por ordem de produção** o cerne do sistema passa a ser os centros de custo.

ERRADO, esta é uma característica do custeio por processo.

9. (Questão Simulada) No custeio pleno todos os custos e despesas administrativas são apropriadas como custos.

CERTO.

10. (Questão Simulada) A apropriação dos custos deve ocorrer no **momento do empenho**.

ERRADO. A apropriação dos custos deve ocorrer no momento da **variação patrimonial diminutiva**.

11. (Questão Simulada) A evidenciação dos objetos de custos pode ser efetuada sob a ótica institucional, funcional e programática, com atuação interdependente dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças.

CERTO.

12. (Questão Simulada) O atributo que a informação de custo deve ter que registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme é:

- a) Adaptabilidade.
- b) Comparabilidade.
- c) Fidedignidade.
- d) Granulidade.
- e) Oportunidade.

Vimos na aula que a opção correta é a **alternativa B**.

13. (Questão Simulada) Sobre cota de distribuição de custos indiretos ordene a sequência correta das etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos.

1: identificação dos custos diretos;

2: alocação dos custos diretos aos objetos de custos;

3: identificação dos objetos de custos;

4: escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício;

5: evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos;

6: identificação dos custos indiretos.

a) 1-2-3-4-5-6

b) 1-2-3-5-6-4

c) 3-1-2-4-5-6

d) 3-1-2-5-6-4

e) 3-1-2-6-5-4

Conforme vimos na aula, a opção correta é a **alternativa D.**

14. (Questão Simulada) A responsabilidade pela fidedignidade das informações de origem dos sistemas primários das informações de custos é **do órgão setorial de contabilidade.**

ERRADO, é **do gestor da entidade onde a informação é gerada.**

Gabarito das questões comentadas

1-Errado	2-Errado	3-Errado	4-Errado	5-Errado
6- Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-Errado
11-Certo	12-B	13-D	14-Errado	

5. LISTA DAS QUESTÕES APRESENTADAS

- 1.** (Questão Simulada) Tanto nas organizações privadas quanto nas entidades públicas a justa remuneração do capital investido é principal indicador da eficácia da gestão.
- 2.** (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública já consta de forma explícita e abrangente desde a edição da lei 43201/1964.
- 3.** (Questão Simulada) O sistema de custos na administração pública federal foi criado com a edição da NBC T 16.
- 4.** (Questão Simulada) Os termos “Sistema de Custos do Governo Federal” e “Sistema de Informações de Custos” são distintos, enquanto o primeiro refere-se ao sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório; o segundo se refere aos sistema estruturante do Governo Federal que é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional como órgão Central e os Órgãos Setoriais.
- 5.** (Questão Simulada) A fim de não ferir a o princípio da separação dos poderes, cada poder terá um sistema de custos próprio e independente do sistema de custos do governo federal cujo órgão central é a STN.
- 6.** (Questão Simulada) Dentre as atribuições do órgão central do sistema de custos está a de apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física suportada pelo decreto 93.872/86 no art. 137 §1º.

- 7.** (Questão Simulada) Dentro da terminologia usual aplicada à custos adotada pelo governo federal, pode-se considerar que despesas e investimentos são gastos, e que investimentos são despesas.
- 8.** (Questão Simulada) No custeio por ordem de produção o cerne do sistema passa a ser os centros de custo.
- 9.** (Questão Simulada) No custeio pleno todos os custos e despesas administrativas são apropriadas como custos.
- 10.** (Questão Simulada) A apropriação dos custos deve ocorrer no momento do empenho.
- 11.** (Questão Simulada) A evidenciação dos objetos de custos pode ser efetuada sob a ótica institucional, funcional e programática, com atuação interdependente dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, contabilidade e finanças.
- 12.** (Questão Simulada) O atributo que a informação de custo deve ter que registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme é:
- a) Adaptabilidade.
 - b) Comparabilidade.
 - c) Fidedignidade.
 - d) Granulidade.
 - e) Oportunidade.

13. (Questão Simulada) Sobre cota de distribuição de custos indiretos ordene a sequência correta das etapas naturais do processo de formação dos custos dentro dos seus respectivos níveis hierárquicos.

1: identificação dos custos diretos;

2: alocação dos custos diretos aos objetos de custos;

3: identificação dos objetos de custos;

4: escolha do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sempre a relevância e, principalmente, a relação custo/benefício;

5: evidenciação dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos;

6: identificação dos custos indiretos.

a) 1-2-3-4-5-6

b) 1-2-3-5-6-4

c) 3-1-2-4-5-6

d) 3-1-2-5-6-4

e) 3-1-2-6-5-4

14. (Questão Simulada) A responsabilidade pela fidedignidade das informações de origem dos sistemas primários das informações de custos é do órgão setorial de contabilidade.

Gabarito das questões apresentadas

1-Errado	2-Errado	3-Errado	4-Errado	5-Errado
6- Errado	7-Errado	8-Errado	9-Certo	10-Errado
11-Certo	12-B	13-D	14-Errado	

Pessoal o prazer foi meu. Abraços.

Prof. M. Sc. Giovanni Pacelli

Informo que aqueles que forem realizar provas da Banca Cespe podem adquirir meu livro da editora Elsevier: questões comentadas de AFO e Contabilidade Pública. Ressalto que o mesmo é o há de mais atual hoje em exercícios comentados.

<http://www.elsevier.com.br/site/institucional/Minha-pagina-autor.aspx?seg=1&aid=88733>

Aqueles que desejem realizar cursos na modalidade on line informo que ministro cursos on line de Orçamento Público e Contabilidade Pública no seguinte link:

<http://cursosonline.cathedranet.com.br/Professores/10/Prof-Giovanni-Pacelli>